

SEGURO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTO E INSTALAÇÕES (CASCO) CONDIÇÕES GERAIS 22	3
CLÁUSULA PRELIMINAR	3
Condições Gerais.....	3
CAPÍTULO I	3
DEFINIÇÕES, OBJECTO E GARANTIAS DO CONTRATO, COBERTURAS E EXCLUSÕES	3
CLÁUSULA 1ª. DEFINIÇÕES	3
CLÁUSULA 2ª. OBJECTO DO CONTRATO	4
CLÁUSULA 3ª. ÂMBITO DA GARANTIA	4
CLÁUSULA 4ª. EXCLUSÕES	4
CLÁUSULA 5ª. ÂMBITO TERRITORIAL	6
CAPÍTULO II	6
DECLARAÇÃO DO RISCO, INICIAL E SUPERVENIENTE.....	6
CLÁUSULA 6ª. DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO	6
CLÁUSULA 7ª. ALTERAÇÃO DO RISCO	7
CLÁUSULA 8ª – SINISTRO E AGRAVAMENTO DO RISCO	7
CLÁUSULA 9ª OMISSÕES OU DECLARAÇÕES INEXACTAS.....	8
CLÁUSULA 10ª NULIDADE DO CONTRATO.....	8
CAPÍTULO III.....	8
PAGAMENTO E ALTERAÇÃO DOS PRÉMIOS.....	8
CLÁUSULA 11ª. PAGAMENTO DO PRÉMIO	8
CLÁUSULA 12ª – COBERTURA.....	9
CLÁUSULA 13ª. FALTA DE PAGAMENTO DO PRÉMIO.....	9
CLÁUSULA 14ª. ALTERAÇÃO DO PRÉMIO	9
CAPÍTULO IV.....	9
INÍCIO DE EFEITOS, DURAÇÃO E VICISSITUDES DO CONTRATO	9
CLÁUSULA 15ª. INÍCIO E termo DO CONTRATO	9
CLÁUSULA 16ª. REDUÇÃO OU RESOLUÇÃO DO CONTRATO	10
CLÁUSULA 17ª. TRANSMISSÃO DE DIREITOS.....	10
CAPÍTULO V	11
PRESTAÇÃO PRINCIPAL DA SEGURADORA	11
CLÁUSULA 18ª. CAPITAL SEGURO	11
CLÁUSULA 19ª. INSUFICIÊNCIA OU EXCESSO DE CAPITAL.....	11
CLÁUSULA 20ª. REDUÇÃO AUTOMÁTICA DO CAPITAL SEGURO	11
CLÁUSULA 21ª. COEXISTÊNCIA DE CONTRATOS.....	11
CAPÍTULO VI.....	12
OBRIGAÇÕES E DIREITOS DAS PARTES	12
CLÁUSULA 22ª. OBRIGAÇÕES DO SEGURADO	12
CLÁUSULA 23ª. INSPECÇÃO DO RISCO	13
CLÁUSULA 24ª. OBRIGAÇÕES DO SEGURADOR.....	13
CAPÍTULO VII.....	13
PROCESSAMENTO DA INDEMNIZAÇÃO OU DA REPARAÇÃO OU RECONSTRUÇÃO.....	13
CLÁUSULA 25ª. DETERMINAÇÃO DO VALOR DA INDEMNIZAÇÃO	13
CLÁUSULA 26ª. FORMA DE PAGAMENTO DA INDEMNIZAÇÃO	14
CLÁUSULA 27ª. PAGAMENTO DA INDEMNIZAÇÃO A CREDITORES	14
CLÁUSULA 28ª. SEGURO DE BENS EM USUFRUTO	15
CLÁUSULA 29ª SEGURO DE BENS ADQUIRIDOS AO ABRIGO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO FINANCEIRA	15
CLÁUSULA 30ª. FRANQUIA.....	15
CLÁUSULA 31ª SUB-ROGAÇÃO, REEMBOLSO E DIREITO DE REGRESSO.....	15
CAPÍTULO VIII.....	15
DISPOSIÇÕES DIVERSAS	15
CLÁUSULA 32ª REGIME DE CO-SEGURO	15
CLÁUSULA 33ª DOS MEDIADORES DE SEGUROS.....	16
CLÁUSULA 34ª. COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES ENTRE AS PARTES	16
CLÁUSULA 35ª. MOEDA	16
CLÁUSULA 36ª. LEI APLICÁVEL	16
CLÁUSULA 37ª. ARBITRAGEM	16
CLÁUSULA 38ª FORO COMPETENTE	16
CLÁUSULA 39ª EFICÁCIA EM RELAÇÃO A TERCEIROS.....	17
CONDIÇÕES ESPECIAIS.....	17
CLÁUSULA PRELIMINAR.....	17
CONDIÇÃO ESPECIAL – 201. FENÓMENOS SÍSMICOS	17
CLÁUSULA 1ª. DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS	17

CLÁUSULA 2ª. ÂMBITO DA GARANTIA.....	17
CONDIÇÃO ESPECIAL – 202. TRANSPORTE TERRESTRE DOS BENS SEGUROS.....	17
CLÁUSULA 1ª. DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS.....	17
CLÁUSULA 2ª. ÂMBITO DA GARANTIA.....	17
CONDIÇÃO ESPECIAL -203. DESPESAS ADICIONAIS POR TRABALHO EXTRAORDINÁRIO.....	18
CLÁUSULA 1ª. DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS.....	18
CLÁUSULA 2ª. ÂMBITO DA GARANTIA.....	18
CONDIÇÃO ESPECIAL – 204. DESPESAS ADICIONAIS POR FRETES ESPECIAIS.....	18
CLÁUSULA 1ª. DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS.....	18
CLÁUSULA 2ª. ÂMBITO DA GARANTIA.....	19
CONDIÇÃO ESPECIAL – 205. GREVES, TUMULTOS E ALTERAÇÕES DA ORDEM PÚBLICA.....	19
CLÁUSULA 1ª. DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS.....	19
CLÁUSULA 2ª. ÂMBITO DA GARANTIA.....	19
CLÁUSULA 3ª. EXCLUSÕES ESPECÍFICAS.....	19
CONDIÇÃO ESPECIAL – 206. ACTOS DE VANDALISMO.....	19
CLÁUSULA 1ª. DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS.....	20
CLÁUSULA 2ª. ÂMBITO DA GARANTIA.....	20
CLÁUSULA 3ª. EXCLUSÕES ESPECÍFICAS.....	20
CONDIÇÃO ESPECIAL – 207. LABORAÇÃO DE MÁQUINAS INSTALADAS EM PLATAFORMAS FLUTUANTES OU EMBARCAÇÕES.....	20
CLÁUSULA 1ª. DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS.....	20
CLÁUSULA 2ª. ÂMBITO DA GARANTIA.....	20
CLÁUSULA 3ª. EXCLUSÕES ESPECÍFICAS.....	21
CONDIÇÃO ESPECIAL – 208. LABORAÇÃO DE MÁQUINAS INSTALADAS EM GALERIAS, OBRAS SUBTERRÂNEAS OU ESCAVAÇÃO DE TÚNEIS.....	21
CLÁUSULA 1ª. DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS.....	21
CLÁUSULA 2ª. ÂMBITO DA GARANTIA.....	21
CONDIÇÃO ESPECIAL – 209. ACTUALIZAÇÃO CONVENCIONADA DE CAPITAIS.....	21

SEGURO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTO E INSTALAÇÕES (CASCO) CONDIÇÕES GERAIS 22

CLÁUSULA PRELIMINAR

Entre a Universal Seguros, S.A., adiante designada por Seguradora, e o Tomador do Seguro identificado nas Condições Particulares, estabelece-se o presente contrato de seguro de Máquinas, Equipamento e Instalações (Casco), que se regula pelas Condições Particulares, Condições Especiais e Condições Gerais desta apólice, de harmonia com as declarações constantes da proposta que lhe serviu de base e que dela faz parte integrante.

CONDIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I

DEFINIÇÕES, OBJECTO E GARANTIAS DO CONTRATO, COBERTURAS E EXCLUSÕES

CLÁUSULA 1ª. DEFINIÇÕES

Para efeitos do presente contrato, entende-se por:

SEGURADORA

A Universal Seguros, S.A., entidade legalmente autorizada para a exploração do seguro de Máquinas, Equipamento e Instalações (Casco) e que subscreve o presente contrato.

TOMADOR DO SEGURO

A pessoa, singular ou colectiva, que contrata com a Seguradora, sendo responsável pelo pagamento dos prémios.

SEGURADO

A pessoa ou entidade no interesse da qual o contrato é celebrado e que se encontra identificada nas Condições Particulares.

SINISTRO

O acontecimento de carácter fortuito, súbito e independente da vontade do Segurado, susceptível de fazer funcionar as garantias do contrato.

VALOR DE SUBSTITUIÇÃO

O valor que seria necessário para, imediatamente antes do sinistro, substituir o bem seguro danificado ou destruído por um bem novo da mesma marca, tipo e modelo, acrescido dos custos de transporte, montagem, impostos (excepto impostos dedutíveis pelo Segurado) e despesas alfandegárias. Caso não exista disponível no mercado um bem com as mesmas características, tipo e modelo do bem seguro, considerar-se-á o valor de compra de um bem substituto, tão idêntico quanto possível ao bem seguro. Para a determinação do Valor de Substituição não são considerados quaisquer descontos ou preços reduzidos que o Segurado tenha obtido ou venha a obter, mas apenas o valor corrente no mercado em condições normais de compra

VALOR ACTUAL DO BEM

O Valor de Substituição deduzido da correspondente desvalorização pelo uso.

FRANQUIA

Importância que, em caso de sinistro, fica a cargo do Segurado e cujo montante ou forma de cálculo se encontra estipulado nas Condições Particulares.

CLÁUSULA 2ª. OBJECTO DO CONTRATO

1. O presente contrato de seguro de Máquinas, Equipamento e Instalações (Casco) garante a cobertura de danos materiais sofridos pelos bens seguros em consequência de sinistro com origem externa a estes bens, qualquer que seja a sua causa, com excepção das situações expressamente excluídas das garantias deste contrato.

2. Facultativamente, o presente contrato pode ainda garantir a cobertura dos seguintes riscos:

- a) Fenómenos Sísmicos;
- b) Transporte Terrestre dos Bens Seguros;
- c) Despesas Adicionais por Trabalho Extraordinário;
- d) Despesas Adicionais por Fretes Especiais;
- e) Greves, Tumultos e Alterações da Ordem Pública;
- f) Actos de Vandalismo;
- g) Laboração de Máquinas Instaladas em Plataformas Flutuantes ou Embarcações;
- h) Laboração de Máquinas Instaladas em Galerias, Obras Subterrâneas ou Escavação de Túneis.

3. As coberturas efectivamente contratadas pelo Tomador do Seguro constam das Condições Particulares.

CLÁUSULA 3ª. ÂMBITO DA GARANTIA

O presente contrato de seguro abrange, dentro dos limites fixados nas Condições Particulares, o ressarcimento do Segurado por danos materiais sofridos pelos bens seguros nas condições previstas na Cláusula anterior, quer estes bens estejam ou não em funcionamento, durante a sua transferência ou mudança de posição no local de risco, bem como quando estejam a ser montados ou desmontados, desde que seja necessária a sua reparação ou substituição, mesmo que parcial, para que o Segurado possa retomar a normal laboração.

CLÁUSULA 4ª. EXCLUSÕES

1. O presente contrato nunca garante as perdas ou danos que derivem, directa ou indirectamente, de:

- a) Guerra, declarada ou não, invasão, acto de inimigo estrangeiro, hostilidades ou operações bélicas, guerra civil, insurreição, rebelião ou revolução, bem como os causados acidentalmente por engenhos explosivos ou incendiários;
- b) Levantamento militar ou acto do poder militar legítimo ou usurpado;
- c) Confiscação, requisição, destruição ou danos produzidos nos bens seguros, por ordem do Governo, de direito ou de facto, ou de qualquer autoridade instituída;
- d) Actos de terrorismo, como tal considerados pela legislação penal angolana vigente;

e) Explosão, libertação de calor e irradiações provenientes de cisão de átomos ou radioactividade e ainda os decorrentes de radiações provocadas pela aceleração artificial de partículas, bem como os resultantes de exposição a campos magnéticos;

f) Operações, actividades ou manuseamento de amianto, chumbo ou derivados destes produtos;

g) Actos e omissões pelos quais o Tomador do Seguro e o Segurado sejam civilmente responsáveis;

h) Contaminação de solos e qualquer espécie de poluição;

i) Extravio, furto ou roubo dos bens seguros, quando praticados durante ou na sequência de qualquer sinistro decorrente de outros riscos cobertos pela apólice;

j) Actos ou omissões dolosos do Tomador do Seguro, do Segurado ou de pessoas por quem estes sejam civilmente responsáveis;

k) Actos ou omissões do Tomador do Seguro, do Segurado ou de pessoas por quem estes sejam civilmente responsáveis, quando praticados sob a influência de estupefacientes fora de prescrição médica, em estado de embriaguez ou demência.

l) Defeitos ou avarias internas do bem seguro, quer sejam de origem mecânica, eléctrica ou electrónica, falhas, roturas ou desarranjos, congelação do meio refrigerante ou de outros líquidos, lubrificações deficientes ou falta de óleo ou de meios refrigerantes e explosão interna;

§ Único – Quando em consequência do acima mencionado ocorrer um sinistro coberto pela apólice, os prejuízos nos objectos seguros por ele causados serão indemnizáveis.

m) Explosão de motores de combustão interna, de caldeiras ou recipientes sob pressão de vapor ou de líquidos internos;

n) Desgaste natural, deterioração ou deformação devidos a excesso de uso, oxidação, corrosão, deterioração devida a paralisação, efeitos climatéricos, ferrugem ou incrustação e riscos em superfícies polidas ou pintadas;

o) Sobrecargas intencionais, ensaios ou quaisquer experiências a que sejam submetidos os bens seguros, bem como utilização para fins diferentes dos previstos ou daqueles para que foram construídos;

p) Utilização do bem seguro para além da sua capacidade normal, nomeadamente no que respeita a diagramas de carga e/ou limitações de capacidade recomendadas pelo fabricante ou montador do bem;

q) Não funcionamento dos sistemas de limitação de carga e/ou potência, instrumentos de protecção, medida e/ou regulação, por motivo de os mesmos se encontrarem desactivados;

r) Desenvolvimento lento de deformações, distorções, fendas, fracturas, bolhas, laminações, fissuras, ranhuras ou rectificação de juntas ou outras uniões defeituosas, desde que não tenham resultado directamente de qualquer dos riscos cobertos pela presente apólice.

2. As exclusões previstas nas alíneas l) e m) do anterior número 1., não abrangem outros bens seguros que sofram danos em consequência dos factos mencionados naquelas alíneas.

3. O presente contrato também nunca garante:

a) Perdas ou danos pelos quais os fabricantes ou fornecedores sejam legal ou contratualmente responsáveis;

b) Prejuízos detectados ao efectuar revisões periódicas ou ocasionais ou ao proceder à inventariação dos bens seguros;

c) Danos sofridos pelos bens seguros em consequência de sinistro ocorrido quando estes se encontrem em circulação na via pública;

d) Danos não patrimoniais;

e) Prejuízos verificados em peças, ferramentas ou acessórios permutáveis ou ainda em partes que, pelo seu uso, natureza ou modo de funcionamento, sofram elevada taxa de desgaste ou depreciação, tais como bandas e correias de transmissão, correntes e cabos de aço, telas transportadoras ou elevadoras, brocas, bites, moldes, matrizes, cortantes, folhas de serra, molas, anilhas, órgãos destinados a moer, fracturar ou triturar, punções, filtros, peneiros, crivos, baterias, pneus, tubos flexíveis, material de embalagem, juntas e cabos eléctricos;

f) Prejuízos em combustíveis, lubrificantes, meios refrigerantes, substâncias de filtragem, produtos químicos de limpeza ou similares;

g) Danos resultantes da continuação em uso de qualquer bem seguro depois do mesmo ter sofrido danos indemnizáveis por este contrato, sem que tenha sido feita a sua reparação definitiva e garantido o seu normal funcionamento;

h) Prejuízos sofridos nas fundações ou alicerces;

i) Paralisação das máquinas, equipamentos ou instalações;

j) Lucros cessantes, perdas de exploração ou outras perdas consequenciais de qualquer natureza;

l) Perdas e danos causadas por quaisquer factos que estejam previstos no âmbito de cobertura das seguintes Condições Especiais, salvo quando estas tenham sido expressamente contratadas:

201 - Fenómenos Sísmicos;

202 - Transporte Terrestre dos Bens Seguros;

203 - Despesas Adicionais por Trabalho Extraordinário;

204 - Despesas Adicionais por Fretes Especiais;

205 - Greves, Tumultos e Alterações da Ordem Pública;

206 - Actos de Vandalismo;

207 - Laboração de Máquinas Instaladas em Plataformas Flutuantes ou Embarcações;

208 - Laboração de Máquinas Instaladas em Galerias, Obras Subterrâneas ou Escavação de Túneis.

CLÁUSULA 5ª. ÂMBITO TERRITORIAL

As garantias do presente contrato são válidas em caso de sinistro ocorrido em Angola, salvo convenção em contrário constante das Condições Particulares.

CAPÍTULO II

DECLARAÇÃO DO RISCO, INICIAL E SUPERVENIENTE

CLÁUSULA 6ª. DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. O Tomador do Seguro e o Segurado estão obrigados, antes da celebração do contrato, a declarar com exactidão todas as circunstâncias que conheçam e razoavelmente devam ter por significativas para a apreciação do risco pela Seguradora.

2. O disposto no nº 1 é igualmente aplicável a circunstâncias cuja menção não seja solicitada em questionário fornecido pela Seguradora.

3. Em caso de incumprimento doloso do disposto no nº 1, o contrato é anulável, nos termos e com as consequências previstas na lei.

4. Em caso de incumprimento com negligência do disposto no nº 1, a Seguradora pode optar pela cessação ou alteração do contrato, nos termos e com as consequências previstas na lei.

CLÁUSULA 7ª. ALTERAÇÃO DO RISCO

1. O Tomador do Seguro e o Segurado obrigam-se a, no prazo de 8 dias a partir do conhecimento dos factos, a comunicar por escrito, à Seguradora, toda e qualquer circunstância que seja susceptível de alterar o risco garantido, quer isso signifique uma diminuição, quer um agravamento do risco.

2. A falta de comunicação referida no número anterior tem as consequências previstas na lei.

3. A Seguradora dispõe de 15 dias a contar da data em que tenha conhecimento do agravamento do risco para:

a) Apresentar ao Tomador do Seguro uma proposta de modificação do contrato, que este deve aceitar ou recusar em igual prazo, findo o qual se entende aprovada a modificação proposta;

b) Resolver o contrato com pré-aviso de 30 dias, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.

c) Se o Tomador de Seguro ou a Seguradora optarem pela resolução do contrato, o estorno de prémio será calculado pela diferença do período inicialmente contratado e não decorrido, calculado na base de 75% ou 50% consoante a resolução seja da iniciativa da Seguradora ou do Tomador de Seguro, respectivamente.

4. Ocorrendo uma diminuição inequívoca e duradoura do risco com reflexo nas condições do contrato, a Seguradora deve, a partir do momento em que tenha conhecimento das novas circunstâncias, reflecti-la no prémio do contrato. Na falta de acordo relativamente ao novo prémio, assiste ao tomador de seguro o direito de resolver o contrato.

CLÁUSULA 8.ª – SINISTRO E AGRAVAMENTO DO RISCO

1. Se antes da cessação ou da alteração do contrato nos termos previstos na cláusula anterior ocorrer o sinistro cuja verificação ou consequência tenha sido influenciada pelo agravamento do risco, a Seguradora:

a) Cobre o risco, efectuando a prestação convencionada, se o agravamento tiver sido correcta e tempestivamente comunicado antes do sinistro ou antes de decorrido o prazo previsto no n.º 1 da cláusula anterior;

b) Cobre parcialmente o risco, reduzindo-se a sua prestação na proporção entre o prémio efectivamente cobrado e aquele que seria devido em função das reais circunstâncias do risco, se o agravamento não tiver sido correcta e tempestivamente comunicado antes do sinistro;

c) Pode recusar a cobertura em caso de comportamento doloso do Tomador do Seguro ou do Segurado com o propósito de obter uma vantagem, mantendo direito aos prémios vencidos.

2. Na situação prevista nas alíneas a) e b) do número anterior, sendo o agravamento do risco resultante de facto do Tomador do Seguro ou do Segurado, a Seguradora não está obrigado ao

pagamento da prestação se demonstrar que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.

CLÁUSULA 9.^a OMISSÕES OU DECLARAÇÕES INEXACTAS

1. O contrato é anulável e a Seguradora tem direito a ser reembolsada das indemnizações já pagas, bem como a receber os prémios vencidos se, intencionalmente, o Segurado omitir qualquer circunstância que seja do seu conhecimento e que teria podido influir na celebração do contrato.
2. A Seguradora perde direito à anulação do contrato se, decorridos dois meses sobre o conhecimento das omissões ou inexactidões do Segurado, nada comunicar a este.
3. Se não tiver havido má fé do Segurado, o contrato reduz-se, ou seja, é considerado subseguro.
4. Tendo sido detectadas omissões ou declarações inexactas na altura do sinistro, a indemnização será reduzida na proporção do prémio fixado e do que deveria ter sido se o risco fosse exactamente declarado.
5. Se o contrato disser respeito a riscos distintos, o preceituado no número anterior aplicar-se-á apenas relativamente àqueles a que se refere a omissão ou inexactidão, salvo se a Seguradora demonstrar que não teria celebrado o contrato sem a parte viciada.

CLÁUSULA 10.^a NULIDADE DO CONTRATO

1. O contrato é nulo se, aquando da sua aceitação, haja cessado o risco ou se tenha verificado um sinistro.
2. No primeiro caso, a Seguradora não tem direito ao prémio, enquanto que no segundo caso não é obrigada a indemnizar o Segurado, mas tem direito ao prémio.

CAPÍTULO III

PAGAMENTO E ALTERAÇÃO DOS PRÉMIOS

CLÁUSULA 11.^a PAGAMENTO DO PRÉMIO

1. O prémio ou fracção inicial é devido na data da celebração do contrato, pelo que a eficácia deste depende do respectivo pagamento.
2. Os prémios ou fracções seguintes são devidos nas datas estabelecidas na apólice, sendo aplicável, neste caso o regime previsto nos números seguintes.
3. Admite-se o fraccionamento do pagamento de prémios de apólices que vigorem pelo prazo de um ano e seguintes, quando tal modalidade seja expressamente contratada e sem prejuízo do disposto nos números anteriores.
4. A Seguradora encontra-se obrigado, até 30 dias antes da data em que o prémio ou fracção é devido, a avisar, por escrito, o Tomador de Seguro, indicando essa data, o valor a pagar, e a forma de pagamento,

5. Caso o presente contrato seja celebrado a prêmio variável, será emitido um prêmio provisório, mínimo não estornável, sendo o valor do prêmio definitivo apurado, no final de cada anuidade, pagando o Tomador do Seguro a diferença entre este valor e o prêmio provisório.

CLÁUSULA 12.^a – COBERTURA

A cobertura dos riscos depende do prévio pagamento do prêmio.

CLÁUSULA 13.^a. FALTA DE PAGAMENTO DO PRÉMIO

1. A falta de pagamento do prêmio ou fracção inicial na data de celebração do contrato determina a ineficácia deste que assim não produzirá quaisquer efeitos.
2. Na falta de pagamento dos prémios ou fracções seguintes na data indicada no aviso, o tomador de seguro constitui-se em mora ficando a seguradora com direito a suspender as garantias do contrato. A seguradora deverá avisar o segurado do início da suspensão das garantias do contrato, através de carta registada e conceder-lhe novo prazo para pagamento das quantias em dívida.
3. Decorrido o novo prazo concedido pela Seguradora sem que o prêmio seja pago, esta pode proceder à resolução do contrato, sem prejuízo do direito aos prémios pelo período em que o contrato esteve em vigor.
4. Durante o período de mora referido no n.º 2 o contrato mantém-se plenamente em vigor.
5. O Tomador de Seguro continua obrigado a pagar o prêmio ou fracções em dívida, correspondente ao período em que o contrato esteve em vigor, acrescido dos respectivos juros de mora legais.
- 6 Em caso de sinistro, a Seguradora reserva-se ao direito e cobrar, ou descontar, na indemnização, o pagamento dos prémios eventualmente em dívida e das fracções vincendas

CLÁUSULA 14.^a. ALTERAÇÃO DO PRÉMIO

Não havendo alteração no risco, qualquer alteração do prêmio aplicável ao contrato apenas poderá efectivar-se no vencimento anual seguinte.

CAPÍTULO IV

INÍCIO DE EFEITOS, DURAÇÃO E VICISSITUDES DO CONTRATO

CLÁUSULA 15.^a. INÍCIO E TERMO DO CONTRATO

1. O presente contrato considera-se celebrado pelo período de tempo estabelecido das Condições Particulares, produzindo os seus efeitos a partir das 0 horas do dia seguinte ao da aprovação da proposta pela Seguradora, salvo se na mesma for indicada data de início posterior. Será considerada data de aprovação a correspondente à data da recepção da proposta pela Seguradora, se decorridos que sejam 15 dias sobre a data de recepção da proposta de seguro pela Seguradora, sem que o mesmo tenha notificado o proponente da sua recusa ou necessidade de recolher elementos essenciais à avaliação do risco.
2. O contrato pode ser celebrado por um período certo e determinado ou por um ano a continuar pelos anos seguintes.

3. Quando o contrato for celebrado por um período de tempo determinado os seus efeitos cessam às 24 horas do último dia.

4. Quando o contrato for celebrado por um ano a continuar pelos seguintes, considera-se sucessivamente renovado por períodos anuais, excepto se qualquer das partes o denunciar, por escrito ou por qualquer outro meio do qual fique registo duradouro, com a antecedência mínima de 30 dias em relação ao termo da anuidade.

5. A Seguradora comunicará, por escrito, a denúncia do contrato ao credor hipotecário identificado nas Condições Particulares, se for o caso, com 15 dias de antecedência em relação ao termo da anuidade.

CLÁUSULA 16ª. REDUÇÃO OU RESOLUÇÃO DO CONTRATO

1. O Tomador de Seguro e a Seguradora podem, a todo o tempo, reduzir ou resolver o presente contrato, mediante correio registado ou por outro meio de que fique registo escrito, dirigido à contraparte, com a antecedência mínima de 30 dias em relação à data a partir da qual pretende que a redução ou resolução produza os seus efeitos.

2. Ocorrendo a resolução ou redução do contrato o estorno de prémio será igual a 75% ou 50% do prémio total correspondente ao período não decorrido, consoante a resolução seja da iniciativa da Seguradora ou do Tomador de Seguro, respectivamente.

3. A redução ou resolução do contrato produz efeitos às 24 horas do dia em que se verifique.

4. Sempre que o Tomador de Seguro não coincida com o Segurado identificado nas Condições Particulares, este deve ser avisado, com 30 dias de antecedência, da resolução ou não renovação do contrato.

5. Existindo privilégio creditório sobre os bens que constituem o objecto de seguro, a Seguradora obriga-se a comunicar por escrito à entidade credora, expressamente identificada nas Condições Particulares, a redução ou resolução do contrato com a antecedência mínima de 15 dias em relação à data em que produz os seus efeitos.

6. Após uma sucessão de sinistros, a Seguradora pode proceder à resolução do contrato nos termos da lei.

7. Para efeitos do disposto no número anterior, presume-se que há sucessão de sinistros quando ocorram 2 sinistros num período de 12 meses ou, sendo o seguro anual, no decurso da anuidade.

8. A resolução do contrato por falta de pagamento do prémio fica sujeita às disposições legais e contratuais aplicáveis.

CLÁUSULA 17ª. TRANSMISSÃO DE DIREITOS

1. No caso de venda ou transmissão de propriedade dos bens seguros ou de interesses do Segurado nos mesmos, é indispensável, para que a Seguradora fique obrigada para com o novo proprietário ou interessado, que essa transferência lhe seja previamente comunicada pelo Tomador do Seguro ou pelo Segurado, bem como que a Seguradora concorde com a manutenção do contrato e emita a respectiva acta adicional.

2. Se a transmissão da propriedade dos bens seguros decorrer do falecimento do Segurado, a responsabilidade da Seguradora subsistirá para com os seus herdeiros enquanto forem pagos os respectivos prémios.

3. No caso de insolvência do Segurado, a responsabilidade da Seguradora subsistirá para com a massa falida, pelo prazo de 60 dias, sem prejuízo do regime de agravamento de risco, prazo

este findo o qual o contrato cessará os seus efeitos, salvo convenção em contrário entre as partes.

CAPÍTULO V

PRESTAÇÃO PRINCIPAL DA SEGURADORA

CLÁUSULA 18ª. CAPITAL SEGURO

1. A responsabilidade da Seguradora é sempre limitada às importâncias máximas fixadas nas Condições Particulares.
2. A determinação do capital seguro é sempre da responsabilidade do Tomador do Seguro e deve corresponder, para cada bem, ao seu Valor de Substituição, à data do sinistro, por bens novos com as mesmas características e rendimento.
3. Para efeito do número anterior, considera-se como Valor de Substituição o valor corrente no mercado, não considerando quaisquer descontos ou reduções de preço, que seria necessário pagar, imediatamente antes do sinistro, para substituir o bem seguro danificado ou destruído por um bem novo do mesmo tipo, marca e modelo, acrescido dos custos de transporte, montagem, impostos (excepto imposto, quando puder ser deduzido pelo Segurado) e despesas alfandegárias. Caso não exista disponível no mercado um bem com as mesmas características, tipo e modelo do bem seguro, considerar-se-á o valor de compra de um bem substituto, tão idêntico quanto possível ao bem seguro.
4. Compete ao Tomador do Seguro ou ao Segurado informar a Seguradora sempre que haja alterações que justifiquem actualização do capital seguro.

CLÁUSULA 19ª. INSUFICIÊNCIA OU EXCESSO DE CAPITAL

1. Salvo convenção em contrário constante das Condições Particulares, se o capital seguro pelo presente contrato for, na data do sinistro, inferior ao determinado nos termos da Cláusula anterior, o Segurado responde por uma parte proporcional dos prejuízos, como se fosse Seguradora do excedente. Sendo, pelo contrário, o capital seguro superior, o seguro só é válido até à concorrência dos montantes determinados pelos critérios previstos na Cláusula anterior.
2. Segurando-se diversos bens por quantias e verbas designadas separadamente, os preceitos do número anterior são aplicáveis a cada uma delas, como se fossem seguros distintos.

CLÁUSULA 20ª. REDUÇÃO AUTOMÁTICA DO CAPITAL SEGURO

Após a ocorrência de um sinistro, o capital seguro ficará, até ao vencimento do contrato, automaticamente reduzido do montante correspondente ao valor da indemnização atribuída, podendo o Tomador do Seguro propor a reposição do capital seguro.

CLÁUSULA 21ª. COEXISTÊNCIA DE CONTRATOS

1. O Tomador de Seguro e/ou Segurado ficam obrigados a participar à Seguradora, sob pena de responderem por perdas e danos, a existência de outros seguros com o mesmo objecto e garantia.

2. Se, à data do sinistro, existir mais de que um contrato de seguro, com o mesmo objecto e cobertura, o presente contrato apenas funcionará em caso de inexistência, nulidade, ineficiência ou insuficiência de contratos celebrados anteriormente.

3. Se algum dos contratos envolvidos não estabelecer o mesmo princípio aplicam-se as disposições legais vigentes.

CAPÍTULO VI

OBRIGAÇÕES E DIREITOS DAS PARTES

CLÁUSULA 22ª. OBRIGAÇÕES DO SEGURADO

1. Constituem obrigações do Segurado, sob pena de responder por perdas e danos:

a) Manter os bens seguros em permanente bom estado de conservação e funcionamento;

b) Não utilizar os bens seguros para além das suas capacidades técnicas;

c) Cumprir e fazer cumprir as regras e normas técnicas e de segurança, regulamentos legais, especificações ou recomendações dos fabricantes ou montadores e as cláusulas deste contrato.

2. Em caso de sinistro, o Segurado, obriga-se a:

a) Participar tal facto, por escrito, à Seguradora, no mais curto prazo possível, nunca superior a 8 dias a contar da data do dia da ocorrência ou do dia em que tenham conhecimento da mesma;

b) Empregar os meios ao seu alcance para reduzir ou evitar o agravamento dos prejuízos decorrentes do sinistro e salvar os bens seguros, sendo indemnizadas pela Seguradora as despesas que o Segurado tiver que efectuar para o cumprimento desta obrigação, desde que proporcionadas em relação ao valor dos bens salvados e desde que essa importância, acrescida da indemnização, não exceda o montante do valor seguro para cada bem sinistrado. Quando a Seguradora apenas tiver que indemnizar uma parte dos danos causados pelo sinistro, as despesas de salvamento serão reduzidas na mesma proporção da indemnização devida;

c) Não remover ou alterar, nem consentir que sejam removidos ou alterados, quaisquer vestígios do sinistro, sem acordo prévio da Seguradora;

d) Não iniciar qualquer reparação, nem assumir qualquer responsabilidade, sem o acordo prévio da Seguradora, salvo tratando-se de pequenas reparações, mantendo em seu poder, no entanto, as peças substituídas, para serem examinadas pela Seguradora;

e) Apresentar queixa às autoridades competentes em caso de furto ou roubo, fornecendo à Seguradora documento comprovativo;

f) Fornecer à Seguradora todas as provas solicitadas, bem como todos os relatórios ou outros documentos que possua ou venha a obter;

g) Prover à guarda, conservação e beneficiação dos salvados.

3. O Segurado responderá, ainda, por perdas e danos, se:

a) Agravar, voluntariamente, as consequências do sinistro ou dificultar, intencionalmente, o salvamento dos bens seguros;

- b) Subtrair, sonegar, ocultar ou alienar os salvados;
 - c) Impedir, dificultar ou não colaborar com a Seguradora no apuramento da causa do sinistro ou na conservação, beneficiação ou venda de salvados;
 - d) Não adoptar as medidas de segurança recomendadas pela Seguradora para prevenir a ocorrência de novos sinistros ou agravamento dos danos já existentes nos bens seguros;
 - e) Não avisar a Seguradora, logo que possível, da recuperação do todo ou de parte dos bens furtados ou roubados, independentemente da data em que tal aconteça.
- 4- Impende sobre o Tomador de Seguro e/ou Segurado o ónus da prova da veracidade da reclamação e/ou do seu interesse legal no bens seguros, podendo a Seguradora exigir-lhe todos os meios de prova adequados e que estejam ao seu alcance.

CLÁUSULA 23ª. INSPECÇÃO DO RISCO

1. A Seguradora pode mandar inspeccionar, por representante credenciado e mandatado, os bens seguros e verificar se são cumpridas as condições contratuais, obrigando-se o Segurado a fornecer as informações que lhe forem solicitadas.
2. A recusa injustificada do Segurado ou de quem o represente, em permitir o uso da faculdade mencionada, confere à Seguradora o direito de proceder à resolução do contrato, mediante notificação por escrito, com uma antecedência mínima de 15 dias.

CLÁUSULA 24ª. OBRIGAÇÕES DO SEGURADOR

1. As averiguações e peritagens necessárias ao reconhecimento do sinistro e à avaliação dos danos, deverão ser efectuadas pela Seguradora com prontidão e diligência, sob pena de esta responder por perdas e danos.
2. A indemnização deve ser paga logo que concluídas as investigações e peritagens necessárias ao reconhecimento do sinistro e à fixação do montante dos danos, sem prejuízo de pagamentos por conta, sempre que se reconheça que devem ter lugar.
3. Se decorridos 30 dias, a Seguradora, de posse de todos os elementos indispensáveis à reparação dos danos ou ao pagamento da indemnização acordada, não tiver realizado essa obrigação, por causa não justificada ou que lhe seja imputável, incorrerá em mora, vencendo a indemnização juros à taxa legal em vigor.

CAPÍTULO VII

PROCESSAMENTO DA INDEMNIZAÇÃO OU DA REPARAÇÃO OU RECONSTRUÇÃO

CLÁUSULA 25ª. DETERMINAÇÃO DO VALOR DA INDEMNIZAÇÃO

1. Em caso de sinistro, ainda que o seguro produza efeitos a favor de terceiros, a avaliação dos bens seguros e dos respectivos danos será efectuada entre o Segurado e a Seguradora, observando-se os critérios estabelecidos na Cláusula 18ª para a determinação do capital seguro e o disposto nos números seguintes.

2. A Seguradora não indemnizará a diferença para mais, ou agravamento, que possa advir no custo da reparação ou reconstrução dos bens seguros, em consequência de modificações a fazer nas características da sua construção.

3. Ao montante indemnizatório será deduzido o valor dos salvados que fiquem em poder do Segurado.

4. Caso se verifique, à data do sinistro, insuficiência ou excesso de capital seguro, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 19ª.

CLÁUSULA 26ª. FORMA DE PAGAMENTO DA INDEMNIZAÇÃO

1. A Seguradora reserva-se a faculdade de pagar a indemnização em dinheiro ou de substituir, repor, reparar ou reconstruir os bens seguros.

2. Quando a Seguradora optar por não indemnizar em dinheiro, o Segurado deverá, sob pena de responder por perdas e danos, prestar-lhe a colaboração que seja razoável e abster-se de quaisquer actos impeditivos ou que dificultem desnecessariamente os trabalhos para tais fins.

3. Quando os danos sofridos pelos bens seguros puderem ser reparados, a Seguradora, até ao limite do respectivo capital seguro, indemnizará o Segurado pelas despesas necessárias à reposição dos bens seguros nas mesmas condições em que se encontravam imediatamente antes do sinistro, acrescidas das despesas decorrentes dos trabalhos de desmontagem e montagem, de fretes ou despesas alfandegárias, se as houver. Contudo, a indemnização só abrangerá o custo de horas extraordinárias, trabalho nocturno e trabalho em dias feriados e domingos, se tiver sido contratada a Condição Especial 203 – Despesas Adicionais por Trabalho Extraordinário, bem como só abrangerá despesas com frete expresso ou frete aéreo, se tiver sido contratada a Condição Especial 204 – Despesas Adicionais por Fretes Especiais.

4. Verificando-se dificuldade na obtenção de preços ou de peças necessárias para a reparação dos bens seguros, a Seguradora indemnizará o Segurado pelo valor constante no último preço do respectivo fornecedor ou fabricante, para uma unidade com as mesmas características e rendimento.

5. A Seguradora apenas suportará o custo de reparações provisórias quando estas integrem a reparação definitiva e não aumentem o custo final desta reparação.

6. Salvo disposição em contrário constante das Condições Particulares, quando o custo da reparação do bem seguro exceder o seu Valor Actual deduzido do valor dos salvados, a Seguradora indemnizará o Segurado pelo referido Valor Actual do bem deduzido dos salvados. Caso existam custos com a remoção de destroços, estes serão acrescidos ao valor da indemnização, até um limite máximo de 10% do valor desta.

CLÁUSULA 27ª. PAGAMENTO DA INDEMNIZAÇÃO A CREDITORES

1. Quando a indemnização for paga a credores hipotecários, pignoratícios ou outros em favor dos quais o seguro tenha sido celebrado, a Seguradora poderá exigir-lhes, se assim o entender, ainda que o contrato tenha sido por eles efectuado e em seu próprio benefício, que o pagamento se faça em termos que validamente permitam o distrato ou a exoneração da dívida na parte relativa ao valor indemnizado.

2. A faculdade referida no número anterior não constitui uma obrigação para a Seguradora, nem implica para ela qualquer responsabilidade.

CLÁUSULA 28ª. SEGURO DE BENS EM USUFRUTO

1. Salvo convenção em contrário constante das Condições Particulares, o seguro de bens em regime de usufruto considera-se efectuado em proveito comum do proprietário e do usufrutuário, ainda que haja sido contratado isoladamente por qualquer deles, entendendo-se, a todo o tempo da vigência do contrato, que ambos os interessados contribuíram para o pagamento dos prémios.
2. Em caso de sinistro, a indemnização será paga mediante recibo por eles assinado conjuntamente.

CLÁUSULA 29ª. SEGURO DE BENS ADQUIRIDOS AO ABRIGO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO FINANCEIRA

1. Quando os bens seguros tenham sido adquiridos ao abrigo de um contrato de locação financeira, o presente contrato também garante a responsabilidade civil extracontratual do locador identificado nas Condições Particulares.
2. Ao seguro de bens adquiridos em regime de locação financeira é aplicável o disposto na Cláusula 31ª, com as necessárias adaptações.

CLÁUSULA 30ª. FRANQUIA

Se, em consequência do mesmo sinistro, ocorrerem danos em mais de um bem seguro, o Segurado apenas suportará o valor da franquia mais elevada de entre as aplicáveis aos bens seguros danificados.

CLÁUSULA 31ª. SUB-ROGAÇÃO, REEMBOLSO E DIREITO DE REGRESSO

1. A Seguradora, uma vez paga a indemnização, fica sub-rogada, até à concorrência do valor da mesma, em todos os direitos do Segurado contra terceiro responsável pelos prejuízos, obrigando-se o Segurado a praticar o que necessário for para efectivar esses direitos.
2. A Seguradora poderá exigir que a sub-rogação seja expressamente outorgada no acto de pagamento e recusar este, se tal lhe for negado, bem como exigir que lhe seja entregue quitação devidamente autenticada notarialmente com o tipo de reconhecimento que julgar apropriado.
3. O Segurado responderá por perdas e danos por qualquer acto ou omissão voluntária que possa impedir ou prejudicar o exercício desses direitos.
4. Assiste à Seguradora o direito de reembolso ou de regresso, sempre que o mesmo resulte da lei, ou de disposição constante do presente contrato.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES DIVERSAS

CLÁUSULA 32ª. REGIME DE CO-SEGURO

Quando o contrato seja estabelecido em regime de co-seguro, o que se deverá mencionar nas Condições Particulares, fica sujeito ao disposto para o efeito na Cláusula Uniforme de Co-Seguro.

CLÁUSULA 33.^a DOS MEDIADORES DE SEGUROS

1. Nenhum mediador de seguros se presume autorizado a, em nome da Seguradora, celebrar ou extinguir contratos de seguro, a contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou a validar declarações adicionais, salvo o disposto nos números seguintes.
2. Pode celebrar contratos de seguro, contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou validar declarações adicionais, em nome da Seguradora, o mediador de seguros ao qual a Seguradora tenha conferido, por escrito, os necessários poderes.

CLÁUSULA 34.^a. COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES ENTRE AS PARTES

1. As comunicações e notificações do Tomador do Seguro ou do Segurado previstas nesta apólice consideram-se válidas e plenamente eficazes caso sejam efectuadas por escrito ou por outro meio do qual fique registo duradouro para a sede social da Seguradora.
2. Todavia, a alteração de morada ou de sede do Tomador do Seguro ou do Segurado deve ser comunicada à Seguradora nos 30 dias subsequentes à data em que se verificarem, sob pena das comunicações ou notificações que a Seguradora venha a efectuar para a morada desactualizada se terem por válidas e eficazes.
3. As comunicações e notificações da Seguradora previstas nesta apólice consideram-se válidas e plenamente eficazes caso sejam efectuadas por escrito, ou por outro meio do qual fique registo duradouro, para a última morada do Tomador do Seguro ou do Segurado constante do contrato, ou, entretanto, comunicada nos termos previstos no número anterior.

CLÁUSULA 35.^a. MOEDA

1. O contrato de seguro pode ser efectuado em moeda nacional vigente ou em moeda estrangeira, de conformidade com a legislação monetária e cambial em vigor no País.

CLÁUSULA 36.^a. LEI APLICÁVEL

A lei aplicável ao presente contrato é a angolana.

CLÁUSULA 37.^a. ARBITRAGEM

A avaliação dos danos no bem seguro é feita por perito nomeado pela Seguradora e, na falta de acordo, por dois árbitros nomeados, um por cada uma das partes. Se os árbitros não chegarem também a acordo escolhem um terceiro árbitro para desempate. Cada uma das partes suporta as despesas e honorários do árbitro respectivo e equitativamente as do terceiro árbitro.

CLÁUSULA 38.^a FORO COMPETENTE

O foro competente para dirimir os litígios emergentes deste contrato é o fixado na lei civil.

CLÁUSULA 39.ª EFICÁCIA EM RELAÇÃO A TERCEIROS

As excepções, invalidades e demais disposições que, de acordo com o presente contrato ou com a lei, sejam oponíveis ao Tomador do Seguro ou ao Segurado, sê-lo-ão igualmente em relação a terceiros que dele beneficiem.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

CLÁUSULA PRELIMINAR

Ao presente contrato de seguro apenas são aplicáveis as Condições Especiais que, de entre as seguintes, estejam expressamente identificadas nas Condições Particulares da apólice através do número que antecede as respectivas designações.

CONDIÇÃO ESPECIAL – 201. FENÓMENOS SÍSMICOS

CLÁUSULA 1ª. DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS

Na parte aqui não especificamente regulamentada, aplicam-se a esta Condição Especial as Condições Gerais do Seguro de Máquinas, Equipamento e Instalações (Casco).

CLÁUSULA 2ª. ÂMBITO DA GARANTIA

1. A presente garantia abrange, dentro dos limites fixados nas Condições Particulares, os danos causados aos bens seguros em consequência da acção directa de sismos, maremotos, erupções vulcânicas e fogo subterrâneo, bem como de incêndio resultante destes fenómenos.
2. Constituem um único sinistro, todos os danos ocorridos durante as 72 horas que se seguem ao momento em que se verificarem os primeiros danos nos bens seguros.

CONDIÇÃO ESPECIAL – 202. TRANSPORTE TERRESTRE DOS BENS SEGUROS

CLÁUSULA 1ª. DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS

Na parte aqui não especificamente regulamentada, aplicam-se a esta Condição Especial as Condições Gerais do Seguro de Máquinas, Equipamento e Instalações (Casco).

CLÁUSULA 2ª. ÂMBITO DA GARANTIA

1. A presente garantia abrange, dentro dos limites fixados nas Condições Particulares, os danos materiais causados aos bens seguros durante o seu transporte terrestre, por veículo adequado, pertencente ao próprio Segurado ou a terceiros, em consequência de:

- a) Incêndio e/ou explosão ocorridos no veículo transportador;
- b) Choque, colisão ou capotamento do veículo transportador;
- c) Operações de carga e descarga, desde que tenham sido observadas as medidas de prevenção e segurança apropriadas.

2. A presente garantia também abrange despesas de salvamento e despesas extraordinárias de descarga e/ou outras despesas que sejam absolutamente necessárias para evitar ou atenuar os prejuízos resultantes de sinistro abrangido pela presente garantia, desde que o ressarcimento dessas despesas não seja da responsabilidade da entidade transportadora.

3. As garantias desta Condição Especial abrangem, exclusivamente, os sinistros ocorridos quando tenham sido integralmente cumpridas as normas relativas ao transporte de carga previstas no Código da Estrada, em Regulamentos ou determinações de Autoridades Públicas.

CONDIÇÃO ESPECIAL -203. DESPESAS ADICIONAIS POR TRABALHO EXTRAORDINÁRIO

CLÁUSULA 1ª. DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS

Na parte aqui não especificamente regulamentada, aplicam-se a esta Condição Especial as Condições Gerais do Seguro de Máquinas, Equipamento e Instalações (Casco).

CLÁUSULA 2ª. ÂMBITO DA GARANTIA

A presente garantia abrange, dentro dos limites fixados nas Condições Particulares, o pagamento de despesas adicionais em consequência de danos materiais cobertos pelo presente contrato, quando resultem de:

- a) Horas extraordinárias;
- b) Trabalho noturno;
- c) Trabalho em dias feriados e domingos.

§ Único: Quando o capital seguro para os bens objecto deste contrato se mostrar insuficiente, aplicar-se-á também às despesas abrangidas pela presente Condição Especial o disposto na Cláusula 19ª. das Condições Gerais.

CONDIÇÃO ESPECIAL – 204. DESPESAS ADICIONAIS POR FRETES ESPECIAIS

CLÁUSULA 1ª. DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS

Na parte aqui não especificamente regulamentada, aplicam-se a esta Condição Especial as Condições Gerais do Seguro de Máquinas, Equipamento e Instalações (Casco).

CLÁUSULA 2ª. ÂMBITO DA GARANTIA

A presente garantia abrange, dentro dos limites fixados nas Condições Particulares, o pagamento de despesas adicionais em consequência de danos cobertos pelo presente contrato, quando resultem de frete expresso e frete aéreo.

§ Único: Quando o capital seguro para os bens objecto deste contrato se mostrar insuficiente, aplicar-se-á também às despesas abrangidas pela presente Condição Especial o disposto na Cláusula 19ª. das Condições Gerais.

CONDIÇÃO ESPECIAL – 205. GREVES, TUMULTOS E ALTERAÇÕES DA ORDEM PÚBLICA

CLÁUSULA 1ª. DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS

Na parte aqui não especificamente regulamentada, aplicam-se a esta Condição Especial as Condições Gerais do Seguro de Máquinas, Equipamento e Instalações (Casco).

CLÁUSULA 2ª. ÂMBITO DA GARANTIA

A presente garantia abrange, dentro dos limites fixados nas Condições Particulares, o pagamento de indemnizações devidas pelas perdas ou danos directamente causados aos bens seguros, em consequência de:

- a) Actos ou omissões de pessoas que tomem parte em greves, lock-outs, distúrbios no trabalho, tumultos, motins e alterações da ordem pública;
- b) Actos praticados por qualquer autoridade legitimamente constituída, em virtude de medidas tomadas por ocasião das ocorrências mencionadas na alínea anterior, para salvaguarda ou protecção de pessoas e bens.

CLÁUSULA 3ª. EXCLUSÕES ESPECÍFICAS

Para além das situações previstas na Cláusula 4ª. das Condições Gerais, a garantia desta Condição Especial não abrange as perdas ou danos resultantes de:

- a) Cessação total ou parcial dos trabalhos ou atraso, interrupção ou suspensão de qualquer processo ou operação;
- b) Expropriação, confiscação, apropriação ou requisição levada a efeito por qualquer autoridade pública. Contudo, a Seguradora não fica exonerado da sua responsabilidade perante o Segurado relativamente aos danos materiais sofridos pelos bens seguros que tenham ocorrido antes dos factos acima referidos;
- c) Furto ou roubo directamente relacionado com os riscos cobertos por esta Condição Especial.

CONDIÇÃO ESPECIAL – 206. ACTOS DE VANDALISMO

CLÁUSULA 1ª. DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS

Na parte aqui não especificamente regulamentada, aplicam-se a esta Condição Especial as Condições Gerais do Seguro de Máquinas, Equipamento e Instalações (Casco).

CLÁUSULA 2ª. ÂMBITO DA GARANTIA

A presente garantia abrange, dentro dos limites fixados nas Condições Particulares, o pagamento de indemnizações devidas pelas perdas ou danos directamente causados aos bens seguros, em consequência de:

- a) Actos de vandalismo;
- b) Actos praticados por qualquer autoridade legitimamente constituída, por ocasião da ocorrência de actos de vandalismo, para salvaguarda ou protecção de pessoas e bens.

CLÁUSULA 3ª. EXCLUSÕES ESPECÍFICAS

Para além das exclusões previstas na Cláusula 4ª. das Condições Gerais, a garantia desta Condição Especial não abrange as perdas ou danos resultantes de:

- a) Cessação total ou parcial dos trabalhos ou atraso, interrupção ou suspensão de qualquer processo ou operação;
- b) Expropriação, confiscação, apropriação ou requisição, por imposição do poder público;
- c) Furto ou roubo directamente relacionado com os riscos cobertos por esta Condição Especial.

CONDIÇÃO ESPECIAL – 207. LABORAÇÃO DE MÁQUINAS INSTALADAS EM PLATAFORMAS FLUTUANTES OU EMBARCAÇÕES

CLÁUSULA 1ª. DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS

Na parte aqui não especificamente regulamentada, aplicam-se a esta Condição Especial as Condições Gerais do Seguro de Máquinas, Equipamento e Instalações (Casco).

CLÁUSULA 2ª. ÂMBITO DA GARANTIA

1. A presente garantia abrange, dentro dos limites fixados nas Condições Particulares, o pagamento de indemnizações devidas pelas perdas ou danos nos bens seguros, quando estes estejam instalados e a trabalhar em plataformas flutuantes ou em quaisquer embarcações.

2. A presente garantia também abrange despesas realizadas com salvamento, remoção de terras e limpeza, executados durante as operações de recuperação dos bens seguros sinistrados, até ao limite de 10% do seu valor seguro.

CLÁUSULA 3ª. EXCLUSÕES ESPECÍFICAS

Para além das situações previstas na Cláusula 4ª. das Condições Gerais, a garantia desta Condição Especial não abrange as perdas ou danos nos bens seguros resultantes de afundamento ou encalhe da plataforma flutuante ou da embarcação.

CONDIÇÃO ESPECIAL – 208. LABORAÇÃO DE MÁQUINAS INSTALADAS EM GALERIAS, OBRAS SUBTERRÂNEAS OU ESCAVAÇÃO DE TÚNEIS

CLÁUSULA 1ª. DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS

Na parte aqui não especificamente regulamentada, aplicam-se a esta Condição Especial as Condições Gerais do Seguro de Máquinas, Equipamento e Instalações (Casco).

CLÁUSULA 2ª. ÂMBITO DA GARANTIA

1. A presente garantia abrange, dentro dos limites fixados nas Condições Particulares, o pagamento de indemnizações devidas pelas perdas ou danos verificados nos bens seguros, quando estes sejam utilizados em galerias, obras subterrâneas e escavação de túneis, ainda que tais perdas ou danos resultem de colapso das galerias ou túneis, bem como de submersão em águas subterrâneas.

2. A presente garantia também abrange as despesas realizadas com salvamento, remoção de terras e limpeza, executados durante as operações de recuperação dos bens seguros sinistrados, até ao limite de 10% do seu valor seguro.

CONDIÇÃO ESPECIAL – 209. ACTUALIZAÇÃO CONVENCIONADA DE CAPITAIS

1. Fica expressamente convencionado que o capital seguro pela presente apólice, constante das Condições Particulares, será automaticamente actualizado, em cada vencimento anual, pela aplicação da percentagem indicada para esse efeito nas Condições Particulares.

2. O capital actualizado constará do recibo de prémio correspondente, relativo à anuidade seguinte.

3. O estipulado nesta Cláusula não dispensa o Tomador do Seguro de proceder a convenientes revisões do capital seguro, quer por reavaliação dos bens seguros, benfeitorias ou beneficiações, quer pela inclusão de novos bens.

4. Relativamente aos riscos seguráveis por Condição Especial, a actualização prevista apenas não é aplicável nas Condições Especiais números 203 e 204.

5. O Tomador do Seguro pode renunciar à actualização estabelecida nesta Condição Especial, desde que o comunique à Seguradora com a antecedência mínima de 60 dias em relação ao vencimento anual da apólice.